



## BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CABO VERDE: RELATÓRIO DE ESTUDO

*Ilhas: Santiago (Praia e Tarrafal), São Vicente (Mindelo), Fogo (São Filipe e Cova Figueira) e Brava (Nova Sintra e Nossa Senhora do Monte)*

**Autor:** Handicap International

**Coordenação:** Jandira Monteiro (Handicap International)

**Consultor:** Dirce Varela

**Comité de Direcção do Estudo:**

Jandira Monteiro (Handicap International); Manuel Júlio Rosa (Federação Cabo-verdiana de Associações de Pessoas com Deficiência); Maria Alice Figueiredo (Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência); Dulce Silva (Associação das Pessoas com Deficiência Visual de Cabo Verde); Vitorino Ramos (Ministério da Educação e Desportos/Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário); Carlos Jorge Spínola (Universidade de Cabo Verde)

**Contribuição:** Prof. Dr. David Rodrigues

**Contribuições e consultores técnicos, Handicap International:** Francesca Piatta, Anne-Sophie Trujillo, Lisa Adams, Michael Guy, Gilles Ceralli e Aline John

**Revisão da Língua Portuguesa:** Marilene Pereira

**Fotografias e Vídeo:** © Handicap International / António Gomes

**Edição Gráfica:** Eneias Rodrigues

**Impressão:** Tipografia Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Este relatório foi realizado graças ao apoio financeiro da União Europeia e da Handicap International. O estudo “Boas Práticas em Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência em Cabo Verde” é parte do projecto – MELHORIA DO PERFIL DA DEFICIÊNCIA EM CABO VERDE, financiado pela União Europeia e implementado pela Handicap International em Cabo Verde.

## **NOTIFICAÇÕES LEGAIS**

Os resultados, interpretações e conclusões expressas neste relatório pertencem exclusivamente ao autor e contribuintes e não devem ser atribuídos, de forma alguma, aos financiadores ou parceiros da Handicap International. Os elementos publicados neste relatório são da exclusiva responsabilidade de Handicap International.

Handicap International possui os direitos de autor desta publicação, que pode ser utilizada e reproduzida sob reserva de mencionar a fonte (©Handicap International) e unicamente para um uso não comercial.

“Boas Práticas em Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência em Cabo Verde”, Handicap International, 2012.

## **Para cópias deste relatório e mais informação, favor contacte:**

Handicap International em Cape Verde: [cdp-capvert@hi-sen.org](mailto:cdp-capvert@hi-sen.org) e [contact@hi-sen.org](mailto:contact@hi-sen.org)

Federação Caboverdiana de Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD): [fecad-cv@hotmail.com](mailto:fecad-cv@hotmail.com) e [www.fecad.cv](http://www.fecad.cv)

Iniciativa Making it Work: [www.makingitwork-crpd.org](http://www.makingitwork-crpd.org)

# CONTEÚDO TEMÁTICO

<b>I. ACERCA DESTE ESTUDO</b> .....	<b>4</b>
Objectivo do estudo .....	4
Metodologia .....	5
<b>II. QUADRO CONCEPTUAL: EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	<b>7</b>
Educação Inclusiva para todas as crianças marginalizadas e vulneráveis .....	7
Sistemas de Ensino Especializados, Integrados e Inclusivos - quais as diferenças? .....	8
Modalidades de implementação da Educação Inclusiva: .....	9
<b>III. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE</b> .....	<b>11</b>
Contextualização .....	11
Intervenção das Associações de Pessoas com Deficiência (APDs) em Educação Inclusiva.....	12
Intervenções governamentais.....	12
<b>IV. BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CABO VERDE</b> .....	<b>14</b>
<b>BOAS PRÁTICAS DA ILHA DE SANTIAGO</b> .....	<b>14</b>
ESTUDO DE CASO I: Inclusão dos Jovens Surdos no Ensino Secundário.....	14
ESTUDO DE CASO II: Adaptação Razoável para Integração das Crianças Surdas na Escola Básica Eugénio Tavares .....	17
ESTUDO DE CASO III: Promoção da Inclusão de Crianças com Todos os Tipos de Deficiência na Escola Capelina .....	19
ESTUDO DE CASO IV: Cooperação Professor/Aluno na Escola Calabaceira .....	21
ESTUDO DE CASO V: Inclusão das Crianças com Deficiência no Ensino Pré-Escolar.....	23
<b>BOAS PRÁTICAS DA ILHA DE SÃO VICENTE</b> .....	<b>25</b>
ESTUDO DE CASO VI: Adopção de Medidas de Apoio Individualizadas e Efectivas na Escola Jorge Barbosa .....	25
<b>BOAS PRÁTICAS DA ILHA DO FOGO</b> .....	<b>27</b>
ESTUDO DE CASO VII: Parceria Entre a Família, a Escola e a Sala de Recursos do Med .....	27
ESTUDO DE CASO VIII: Cooperação Aluno/Aluno, Escola/Família e Escola/Comunidade.....	29
<b>BOAS PRÁTICAS DA ILHA DA BRAVA</b> .....	<b>31</b>
ESTUDO DE CASO IX: Adaptação Curricular às Necessidades das Crianças com Deficiência .....	31
<b>V. RECOMENDAÇÕES PARA DESENVOLVER E REFORÇAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....	<b>33</b>
<b>VI. CONCLUSÕES</b> .....	<b>36</b>



**Crianças  
brincando na  
Escola Primária da  
Capelina na Praia,  
Ilha de Santiago,  
Cabo Verde**



# I. ACERCA DESTE ESTUDO

Este estudo é parte do projecto “Melhoria do Perfil da Deficiência em Cabo Verde” que é implementado pela Handicap International com o financiamento da União Europeia no período 2010-2012. O projecto visa reforçar o papel da sociedade civil na área da deficiência em Cabo Verde, fortalecendo as Associações de Pessoas com Deficiência (APDs) que conduziu em 2011 à criação da Federação Cabo-verdiana de Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD).

Os principais parceiros:

- As associações nacionais de pessoas com deficiências (APDs);
- A federação nacional de associações de pessoas com deficiência (FECAD);
- A Direcção Geral da Solidariedade Social e o Secretariado da Deficiência (Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos);
- Instituições públicas responsáveis pelas questões da deficiência.

## OBJECTIVO DO ESTUDO

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)<sup>1</sup> entrou em vigor em 2008 e foi ratificado por Cabo Verde em Outubro de 2011. Esta importante legislação internacional representa um passo significativo em direcção ao reforço dos direitos das pessoas com deficiência. Também aborda a mudança de paradigma no sentido de uma abordagem baseada nos direitos em que as pessoas com deficiência possam participar na sociedade em igualdade de condições com os outros cidadãos. Uma parte importante das preocupações CDPD diz respeito ao direito à educação enunciada no artigo 24 (ver abaixo na seção II para uma explicação detalhada do artigo 24).

Este estudo foi elaborado para **promover recomendações práticas, baseadas em experiências, sobre como incluir as crianças com deficiência no ensino primário e secundário regular em Cabo Verde.**

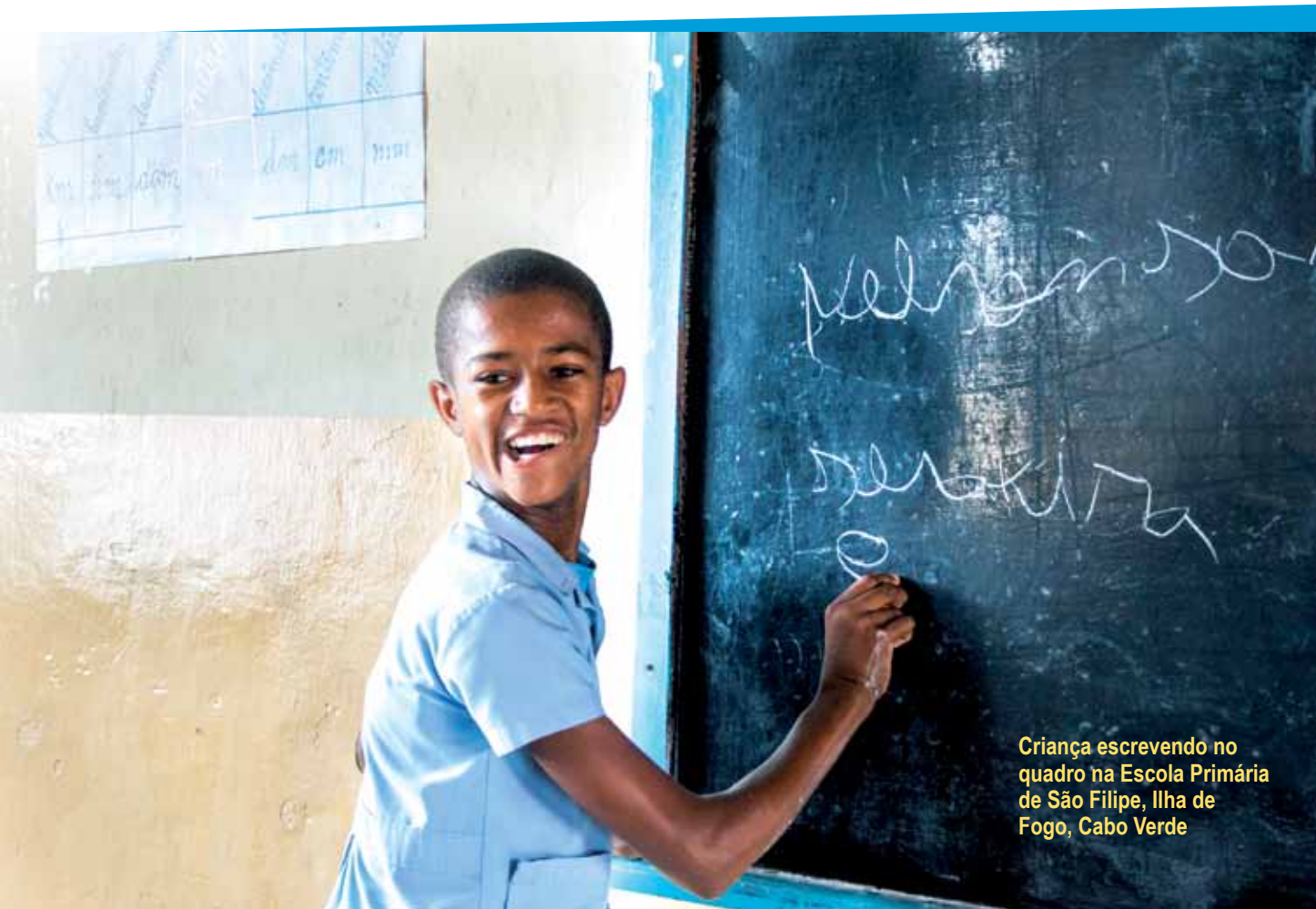
Subjacente a este objectivo é o de promover a aplicação efectiva do artigo 24 da CDPD em Cabo Verde.

<sup>1</sup> Para mais informação sobre a CDPD, ver: [www.un.org/disabilities](http://www.un.org/disabilities)



## METODOLOGIA

Utilizamos para este estudo a abordagem *Making It Work*: [www.makingitwork-crpd.org](http://www.makingitwork-crpd.org)



Criança escrevendo no quadro na Escola Primária de São Filipe, Ilha de Fogo, Cabo Verde

**Making It Work** é uma iniciativa internacional de multi-actores que visa a implementação efectiva da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Ela adopta uma abordagem única e inovativa para alcançar uma mudança social e política nos assuntos da deficiência.

Em vez de focar na violação dos direitos humanos e no que não funciona, **Making It Work** muda a atenção dos actores sobre o que funciona e sobre o que pode ser **reproduzido e desenvolvido**.

Making It Work tem quatro componentes principais:

1. Adoptar uma abordagem de multi-parceiros: organizações da sociedade civil a vários níveis (incluindo APDs, prestadores de serviços, ONGs) trabalham juntos para implementar projectos;
2. Exemplos de documentos de boas práticas: projectos de foco em uma questão específica no campo da deficiência (por exemplo, o acesso aos serviços de reabilitação) e realizar as práticas de pesquisa que tiveram um impacto positivo na vida das pessoas com deficiência;
3. Produzir um relatório: exemplos de boas práticas são usadas para desenvolver recomendações práticas e construtivas. Dependendo do assunto e escala do projecto, essas recomendações podem ser aplicadas a diferentes tipos de actores, como organizações da sociedade civil (incluindo ONGs e APDs) e prestadores de serviços;
4. Uso e divulgação do relatório, empreendendo as actividades de advocacia e de formação com base nas recomendações do relatório.

O estudo seguiu as quatro fases de Making It Work, como acima mencionadas.

Este estudo adoptou **uma abordagem participativa e multi-parceira** implicando a criação de um Comité de Direcção do estudo realizado ao nível nacional.

#### A composição do Comité de Direcção do estudo foi a seguinte:

- Handicap International (Jandira Monteiro – Chefe de projectos)
- Federação Cabo-verdiana de Associações de Pessoas com Deficiência (Manuel Júlio Rosa – Presidente do Conselho Directivo)
- Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência (Maria Alice Figueiredo – Presidente)
- Associação das Pessoas com Deficiência Visual de Cabo Verde (Dulce Silva - Membro)
- Ministério da Educação e Desportos/Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (Vitorino Ramos – Coordenador das Salas de Recurso)
- Universidade de Cabo Verde (UNICV) (Carlos Jorge Spínola – Coordenador do Curso de Ciências de Educação)

Este comité trouxe os seus conhecimentos na área de educação inclusiva e apoiou o processo de identificação, selecção e aprovação final das boas práticas. Os seus membros analisaram os exemplos de boas práticas das estruturadas visitadas por um consultor.

A recolha e documentação das boas práticas em Educação Inclusiva foram realizadas nas seguintes ilhas em Cabo Verde: Santiago, São Vicente, Fogo e Brava. O estudo procurou abranger situações diversas em Cabo Verde, tendo recolhido nove exemplos de “boas práticas” em diferentes níveis de ensino e nessas quatro ilhas. Um consultor do estudo, que foi previamente formado para a suas visitas de terreno sobre a metodologia **Making It Work**, documentou os exemplos de boas práticas em cada localidade das ilhas seleccionadas sob forma de estudos de caso.

Durante o trabalho, a consultora foi acompanhada por um especialista que recolheu materiais audiovisuais para ilustrar as boas práticas. Um vídeo de 20 minutos foi produzido e está disponível em CD-ROM anexado a este relatório.

O processo de análise, selecção e aprovação final dos estudos de casos para esta publicação foi realizado de forma participativa e segundo os seguintes critérios definidos pelo Comité de Direcção:

- Práticas que incluem crianças com todos os tipos de deficiência nas escolas regulares;
- Práticas que demonstram cooperação e interacção entre professor/professor/aluno/aluno;
- Práticas que evidenciam a colaboração dos diferentes parceiros (escola, família, comunidade);
- Práticas que promovem actividades extracurriculares.

De seguida, os membros do Comité de Direcção, com base nos casos de sucesso do terreno, desenvolveram recomendações práticas para os diferentes actores envolvidos no processo da Educação Inclusiva.



Estas recomendações estão apresentadas na secção IV deste estudo.

O relatório está disponível online no site web da FECAD:

[www.fecad.cv](http://www.fecad.cv) e no site web da iniciativa Making It Work: [www.makingitwork-crpd.org](http://www.makingitwork-crpd.org)





## II. QUADRO CONCEPTUAL: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### Educação Inclusiva para todas as crianças marginalizadas e vulneráveis

O direito à educação, conforme definido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) requer que os Estados membros garantam um sistema de ensino inclusivo para assegurar a inclusão escolar das crianças com deficiência, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Esse direito tem suas raízes no conceito de Educação Inclusiva definido nos documentos quadros internacionais (UNESCO e Escritório Internacional de Educação), desde os anos noventa<sup>2</sup> do século XX.

Em poucas palavras, a CDDP enuncia que as pessoas com deficiência têm o direito à educação e os países membros devem assegurar que essas pessoas tenham oportunidade de ir às escolas e possam continuar aprendendo ao longo da vida, de modo que:

- Possam aprender ou fazer tanto quanto elas são capazes ou querem;
- Não sejam excluídas (mantidas fora) de qualquer tipo de educação;
- Possam ir às boas escolas locais, e não tenham que pagar por elas, o mesmo que qualquer outra pessoa;
- Tenham as suas necessidades satisfeitas, tanto quanto é possível;
- Se as necessidades não puderem ser satisfeitas no acesso à escola, outra educação possa ser dada, de forma a não deixá-las excluídas da sociedade;
- Haja formação de professores e pessoal de apoio para acompanhar as pessoas com deficiência correctamente;
- Se ensine as pessoas a aprender Braille e outras formas de comunicação quando necessário;
- Se ensine as pessoas a língua gestual e vê-la como língua da comunidade surda;
- Se assegure que as crianças surdas e cegas tenham direito à educação e apoio para elas aprenderem;
- Se assegure que os professores tenham competências adequadas;
- Se forneça o apoio correcto para as pessoas com deficiência continuarem a sua educação como adultos, se quiserem<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> United Nations, UNESCO, 'The standard rules for equality of opportunities', 1993

<sup>3</sup> Source: Easyread version of the Convention, Department for Work and Pensions by the 'easy read' service @ Inspired Services. IS164/07. August 2007, [www.inspiredservices.org.uk](http://www.inspiredservices.org.uk)

A Educação Inclusiva significa, assim, um sistema educativo que tem em conta as necessidades específicas em matéria de ensino e aprendizagem para todas as crianças e jovens em situação de marginalização e vulnerabilidade. E, neste caso, podemos destacar crianças de rua, meninas, grupos de crianças pertencentes às minorias étnicas, filhos de famílias financeiramente desfavorecidas, crianças de famílias nómades/refugiadas/deslocadas que vivem com HIV/SIDA e crianças com deficiência. O objectivo é garantir a essas crianças a igualdade de direitos e acesso à educação.

A Educação Inclusiva é uma abordagem que reconhece que cada criança é um aprendiz único e que as escolas regulares devem ser capazes de fornecer uma educação de qualidade acessível a todas as crianças em seu meio próprio, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

É uma abordagem educativa baseada na valorização da diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem e, assim, promovendo o desenvolvimento humano.

Obviamente, a Educação Inclusiva não é um conceito estático. Não existe uma definição ou método de aplicação único adequado a todas as pessoas ou a todas as situações. Ela se assenta sobretudo nas práticas inclusivas evolutivas que podem ser adaptadas a diferentes contextos. Ela deve ser considerada como um componente do desenvolvimento inclusivo, cujo objectivo final é uma sociedade que promove e garante a participação activa e inclusão de todos os seus membros. A Educação Inclusiva é o principal meio para alcançar os objectivos de “Educação para Todos”, que promove uma abordagem centrada na criança para o ensino e à aprendizagem ao longo da vida.

Implementar a Educação Inclusiva requer uma mudança de perspectiva e de posicionamento em relação à educação de crianças com deficiência. Não é o aluno a se adaptar à escola regular, mas o meio escolar a se adaptar ao aluno, a fim de lhe oferecer as melhores condições de ensino e de aprendizagem. A Educação Inclusiva não coloca a questão de quais crianças com que tipos de deficiência podem ser integradas nas aulas regulares, mas como devemos adaptar os aspectos da vida escolar para que a inclusão seja bem-sucedida<sup>4</sup>.

## Sistemas de Ensino Especializados, Integrados e Inclusivos - quais as diferenças?

Um **sistema de ensino especial** – aquele em que as crianças com deficiência recebem uma educação em um ambiente de aprendizagem separado, como uma escola ou um centro especializado, muitas vezes isolado da comunidade, das outras crianças, ou das escolas regulares. Em muitos países, este tipo de sistema de ensino especializado não tem nenhuma ligação com o Ministério da Educação e depende, por exemplo, do Ministério da Acção Social.

Um **sistema de ensino integrado** – aquele em que as crianças com deficiência são escolarizadas nas escolas regulares, mas numa sala separada, com outros alunos com deficiência e um professor dedicado. Essas crianças muitas vezes têm muito pouco contacto, ou nenhum, com os seus pares sem deficiência.

A Educação integrada também pode significar que uma criança com deficiência está matriculada em uma escola e numa sala de aula regular, mas os esforços da escola para atender às necessidades educativas ou necessidades sociais da criança são mínimos, e que é, por conseguinte, a criança a se adaptar ao meio.

Um **sistema de ensino inclusivo** – aquele em que o sistema de ensino no seu todo, leva em conta as medidas a serem tomadas para fornecer uma educação adequada a todas as crianças que aprendem juntos. As ligações são criadas com os serviços de apoio especializados e regulares. O sistema de ensino inclusivo segue uma abordagem sistémica de mudança mais do que uma abordagem escola por escola.

4 World Health Organization, World Bank. World report on disability. Geneva, World Health Organisation, 2011 ([http://www.who.int/disabilities/world\\_report/2011/en/index.html](http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/en/index.html), accessed 25 January 2012)



## As diferenças entre Sistemas de Ensino Especial, Integrado e Inclusivo

### Ensino Especial



Escolas regulares para alunos regulares



Centros especializados para alunos com deficiência

### Ensino Integrado



A escola regular não se adapta ao aluno  
A criança deve mudar para se adaptar à escola



### Ensino Inclusivo

- \* Sistema flexível e que se adapta à cada criança
- \* Todas as crianças aprendem apesar das suas diferenças.

Source: <http://www.eenet.org.uk/resources/docs/IE%20few%20resources%202008.pdf>  
Stubbs, S. (2002, revised 2008) Inclusive Education: Where There Are Few Resources. Norway: Atlas Alliance

## Modalidades de implementação da Educação Inclusiva:

Para atender às exigências da Educação Inclusiva, várias modalidades e parcerias podem se desenvolver em função do contexto de cada país, e dos modos de funcionamento do sistema de ensino no seu todo. A participação de todos os interessados é essencial, porque a própria escola não tem todas as ferramentas para fazê-lo. Pais, crianças, professores, gestores, directores, profissionais da deficiência (professor de educação especial, terapeuta da fala, psicólogo, psicomotor, terapeuta ocupacional...) equipa médica escolar e autoridades locais/nacionais devem estabelecer uma dinâmica colaborativa.

Uma dupla abordagem é necessária<sup>5</sup>, que significa que esforços precisam ser feitos para:

- 1) Trabalhar nas mudanças do sistema de ensino (integração de esforços)
- 2) Prestar atenção às necessidades específicas das crianças com deficiência nas escolas (esforços direccionados)

Esta abordagem reconhece que “crianças com deficiência e suas famílias têm necessidades ordinárias e devem ter acesso aos programas e serviços integrados, tais como cuidados de saúde, cuidados da criança e educação, e também podem necessitar de serviços como intervenção preventiva da infância. Construir estruturas de serviços de saúde e educação para todas as crianças é essencial, evitando tanto quanto possível a organização de serviços separado e/ou paralelo”<sup>6</sup>.

5 World Health Organization, World Bank. World report on disability. Geneva, World Health Organisation, 2011

6 Source : Early Childhood Development and Disability: A discussion paper, WHO – UNICEF, 2012, p.21

## MELHORAR O SISTEMA DE ENSINO PARA QUE ELE SE TORNE INCLUSIVO:



Adapted from Handicap International Policy Paper on Inclusive Education, Technical Resources Division July 2012



# III. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE

## Contextualização

Cabo Verde tem sido reconhecido como um país que aposta na Educação e na valorização do seu potencial humano. O direito de todos à Educação é salvaguardado na Constituição da República de Cabo Verde no seu artigo 69º. Comprometido com a Educação, o Estado de Cabo Verde vem desenvolvendo políticas ao longo dos anos e criando infra-estruturas. Além disso, dispõe de bastantes instrumentos jurídicos criados para o apoio de pessoas com deficiência e que permitam o acesso e a inclusão de crianças com deficiência em todos os níveis do sistema de ensino regular, implicando uma co-responsabilização entre as instituições públicas e as organizações da sociedade civil.

Entre as leis e políticas públicas que favorecem a implementação da Educação Inclusiva e a salvaguarda dos direitos das pessoas com deficiência podemos assinalar:



- Criação em 1994 do Concelho Nacional da Condição do Deficiente (CNDC), Órgão de consulta, que promove, coordena e acompanha a execução da política nacional em matéria de habilitação, reabilitação e integração das pessoas com deficiência. Esse Conselho orienta-se pelo Plano Nacional de Acção para as Pessoas com Deficiência;
- Criação, em 1993/1994, ao nível da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário do (DGEBS), o sector da Educação Especial. A equipa de Educação Especial tem o compromisso de criar as condições para integração sócio educativo das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE);
- Adopção do Plano Nacional de Educação para Todos e do Plano Estratégico da Educação em 1991 que prevê medidas de política concernente às Necessidades Educativas Especiais (NEE). Políticas essas que incluem formação específica a professores em matéria da deficiência; escolas adaptadas e equipadas para receber alunos com deficiência;
- Adopção da “Lei que estabelece as Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência” (Lei nº 122/V/2000, 12 de Junho 2000, I Série – Nº17) delineou um mandato nacional claro e abrangente para a eliminação da discriminação contra PcD, a fim de trazê-las para a integração social e económica da sociedade de Cabo Verde;
- Decreto-Lei 131/V/2001, de 22.01: Bases da Protecção Social que rege pela igualdade, oportunidade, concertação social e responsabilidade do Estado, de todos que encontram-se de alguma forma em situação de desvantagem;
- Aprovação em 2004 do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e a Cidadania com o objectivo de promover direitos e a eliminação de todas as formas de discriminação das pessoas com deficiência;
- Plano Nacional sobre a Deficiência (Resolução nº 23/2008 de 19 Maio, I Série – Nº19 «B.O. da República de Cabo Verde»);
- Decreto-Lei nº 62/2009 de 14 de Dezembro - Lei Orgânica do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade Social – Define o quadro institucional para os assuntos das pessoas com deficiência, e estabelece o Conselho Nacional Para os Direitos da Pessoa com Deficiência e a adopção de um Plano Estratégico de Formação Profissional – para a promoção de oportunidades de acesso, frequência e aproveitamento nos cursos de formação Profissional por parte das pessoas com deficiência;
- Alargamento da pensão social mínima para adultos e crianças com deficiência (2010);
- Decreto-Lei nº 4 de 24/01/2011 – Ratifica a Convenção sobre Os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esta convenção clarifica as obrigações dos Estados para assegurar o gozo de todos os direitos humanos por todas as PcD e fornece um



quadro para acção, estabelecendo normas universais nas áreas onde adaptações são necessárias para PcD exercer os seus direitos ou onde a protecção dos seus direitos deve ser reforçada;

- Decreto-Lei nº 9 de 28/02/2011 - Normas Técnicas para Melhoria da acessibilidade, com segurança e autonomia, dos cidadãos com mobilidade condicionada aos edifícios, que recebem o público, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e transportes públicos.

Cabo Verde tem tido ganhos significativos no processo da Educação Inclusiva, sobretudo a partir do momento que assumiu a realização dos Objectivos da Educação para Todos e os do Desenvolvimento do Milénio. De acordo com a Direcção Nacional do Ensino Básico e Secundário, no seu último recenseamento escolar de 2012, 500 crianças sinalizadas com alguma deficiência estão matriculadas na escola primária. Não estando finalizados os dados gerais sobre o ingresso de crianças no ensino básico no ano de 2012, há que registar que no ano lectivo passado (2010/2011) havia 68149 crianças sem deficiência nesse nível de ensino. Entretanto, a existência de experiências de inclusão de crianças com deficiência nos diferentes níveis de ensino demonstra que é possível além das dificuldades e desafios apostar numa escola que seja lugar de todos e para todos.

## Intervenção das Associações de Pessoas com Deficiência (APDs) em Educação Inclusiva

As **organizações da sociedade civil** tornaram-se os actores chaves susceptíveis de ter um impacto directo e forte sobre a inclusão das crianças com deficiência no sistema regular de ensino. As sete associações de pessoas com deficiência existentes (ADEVIC<sup>7</sup>, ACD<sup>8</sup>, AADICD<sup>9</sup>, A PONTE<sup>10</sup>, ADEF<sup>11</sup>, ACARINHAR<sup>12</sup> e COPAC<sup>13</sup>), têm desempenhado um papel relevante e complementar ao do Ministério da Educação, através da criação de salas de recurso, acções de sensibilização nas escolas de formação de professores e na comunidade.

Muitas crianças com deficiência, dispõem de apoio nas associações – que em alguns casos disponibilizam apoio escolar, médico e terapêutico - numa parte do dia e frequentam a escola regular noutra parte do dia. Ao lado das experiências de inclusão das crianças com deficiência nas aulas ordinárias, há turmas especiais de crianças com deficiência integradas nas escolas regulares. Existem também escolas especiais no ensino básico e secundário para alunos invisuais. Exemplo disso é a Escola Manuel Júlio, uma instituição privada, sem fins lucrativos situada na Associação de Pessoas com Deficiência Visual de Cabo Verde (ADEVIC).

Um outro caso de destaque é o da Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência (AADICD) dispõe de uma sala de recursos frequentada por alunos surdos no período contrário às aulas onde desenvolvem competências específicas de aprendizagem da língua gestual.

## Intervenções governamentais

O esforço governamental face à Educação Inclusiva centra-se, para além dos subsídios de ordem financeira concedidos às sete associações de pessoas com deficiência existentes, na criação e manutenção de seis “Salas de Recurso Multifuncionais” (SRMF) localizadas nas ilhas de Santiago (Praia e Santa Cruz), São Vicente, Santo Antão (Porto Novo), Fogo e Sal. Prevê-se a criação de mais três salas na região do Santiago Norte, Mosteiros da ilha do Fogo e Ribeira Grande de Santo Antão.

As salas dispõem em alguns casos, de uma equipa multidisciplinar constituída por psicólogos, pedagogos, e sociólogos e propõem-se a “*promover a inclusão dos alunos com NEE, melhorar a qualidade de ensino, apoiar os docentes da elaboração de um Projecto Educativo Individual (PEI), orientar famílias, enriquecer a resposta educativa e garantir educação de qualidade para todos.*”

7 ADEVIC : Associação de Pessoas com Deficiência Visual de Cabo Verde

8 ACD : Associação Cabo-verdiana de Pessoas com Deficiência

9 AADICD : Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência

10 A PONTE: Associação de Promoção da Saúde Mental

11 ADEF: Associação para o Desenvolvimento e Formação de Pessoas de Condições Especiais de Cabo Verde

12 ACARINHAR: Associação de Famílias e Amigos de Crianças com Paralisia Cerebral

13 COPAC: Comité Paralímpico de Cabo Verde



Ainda a nível das acções do Ministério da Educação, regista-se uma crescente preocupação em dotar professores do Ensino básico e Secundário de conhecimentos e competências específicas sobre o processo de ensino aprendizagem de pessoas com deficiência.

Entretanto, há a registar que a **formação inicial de professores** ao nível de básico (Instituto Pedagógico) contempla apenas a disciplina geral de psicologia de desenvolvimento. Ao nível do secundário, só os cursos mais recentes da Universidade de Cabo Verde dispõem de uma unidade curricular relativa à Educação Inclusiva (conhecimento das diferentes deficiências e estratégias específicas de aprendizagem) estando os cursos mais antigos privados dessa disciplina.

Mas, como forma de colmatar essa fragilidade, em termos dos currícula específicos dos cursos de nível básico e superior, constam do Currículo Formal de formação contínua de Professores do Ensino Básico, disciplinas como a Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, com um foco direccionado às práticas pedagógicas da inclusão. Tem sido também prática, a realização de seminários práticos pela AADICD e ADEVIC sobre temáticas específicas tais como a língua gestual, o Braille e as dificuldades de aprendizagem. No entanto, os professores são ainda confrontados com limitações em orientar o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiência.

A abertura do primeiro curso de Mestrado em Educação Especial que se iniciou em Março de 2007, logo a seguir à criação da Universidade de Cabo Verde (Novembro de 2006), fruto de uma parceria da jovem universidade com o Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Educação dá um novo alento no que se refere a capacitação dos técnicos nacionais com vista à Educação Inclusiva. E, concluído o primeiro mestrado na área, a Universidade de Cabo Verde manifestou o seu interesse em reestruturar o currículo e voltar a abrir um curso de mestrado na mesma área.

Em relação às ilhas que fizeram parte deste estudo, ficaram evidentes as diferenças pedagógicas e motivacionais em relação à prática da inclusão de crianças com deficiência. Além dos factores culturais inerentes à cada ilha é também notório que em Santiago, São Vicente e Fogo os professores têm mais oportunidades de formação e acesso à informação. A proximidade e o acesso à sala de recurso têm sido também um elemento diferenciador da prática pedagógica nessas escolas. O acompanhamento dos técnicos e possibilidade do aluno com deficiência receber apoio pedagógico nas salas de recurso, potencializam a inclusão da criança na escola.

## IV. BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CABO VERDE

As boas práticas exibidas neste relatório são tentativas inovadoras para levar as crianças com deficiência para as salas de aula em Cabo Verde. Enquanto as práticas são boas e mostram um claro progresso no país, elas nem sempre são ilustrativas de abordagem inclusiva para a educação mas são baseadas principalmente nas iniciativas de educação integradora.

Os nove estudos de casos em baixo **ilustram as experiências** nas ilhas de Santiago, São Vicente, Fogo e Brava. A complementação destas descrições é feita com a documentação audiovisual (disponível no CD-ROM anexo ao presente relatório) que permitirá desenvolver e apoiar modelos de formação e de sensibilização.

### BOAS PRÁTICAS DA ILHA DE SANTIAGO

#### ESTUDO DE CASO I: INCLUSÃO DOS JOVENS SURDOS NO ENSINO SECUNDÁRIO



**Localização:** Achada Santo António, Cidade da Praia, Ilha de Santiago

**Actores implicados:** Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência (AADICD) e Ministério da Educação e Desportos (MED).

Uma intérprete da língua gestual promovendo aprendizagem na Escola Secundária Pedro Gomes, na Praia, Capital de Cabo Verde



## DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Escola Secundária Pedro Gomes (ESPG) é um estabelecimento público desde de 1988, situada num dos bairros mais populosos da cidade da Praia, com um total de aproximadamente 1700 alunos, oitenta e quatro professores e vinte e duas turmas. Localizada no coração desse bairro, a ESPG é considerada uma escola modelo em relação ao desenvolvimento de projectos sociais e pedagógicos que envolvem a família, a comunidade educativa e os alunos. A ESPG é uma das escolas associadas da UNESCO com o compromisso social e político de promover a paz e a justiça social através de práticas inclusivas.

Através de uma parceria entre o Ministério da Educação e Desportos e a AADICD, assinada em 2007, a ESPG inaugura em 2009 a primeira turma inclusiva do país, beneficiando aproximadamente vinte jovens, entre os quais dez alunos surdos, dando-lhes assim a oportunidade de acesso ao ensino secundário. Através desta parceria, nove professores receberam formação em língua gestual e desenvolveram técnicas pedagógicas específicas para promover a aprendizagem na sala de aula.



Além das aulas ministradas no horário regular, os alunos surdos atendem as aulas de reforço no período contrário às aulas regulares com o envolvimento e monitorização dos professores. Este tempo é estratégico para a consolidação da aprendizagem.

Para promover a comunicação e aprendizagem dos conteúdos, os professores das diversas disciplinas são auxiliados por uma docente do ministério, com formação de curta duração em língua gestual em Portugal e no Senegal que estabelece a ponte entre alunos, professores e a aprendizagem.

Esta prática também se destaca pelo forte envolvimento dos alunos surdos nas actividades extra curriculares, como a dança, o desporto, a música e o teatro com a comunidade educativa da escola.

## FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- A parceria entre o Ministério da Educação e a AADICD é com certeza um dos factores mais marcantes desta experiência piloto em Cabo Verde. Como fruto desta parceria, temos a figura da professora que desempenha a função de Intérprete em língua gestual e a formação dos professores em língua gestual que permitiu uma real efectivação desta prática na sala de aula e na vida dos alunos surdos;
- A gestão aberta e participada da ESPG que abraçou este desafio envolvendo toda a comunidade educativa, com uma aposta forte no respeito pelos direitos individuais e no apoio aos alunos para atingir o seu potencial;
- A advocacia e a visão inclusiva da AADICD na promoção e respeito pelos direitos das pessoas com deficiência.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- A principal dificuldade encontrada é a ausência de uma língua gestual oficial cabo-verdiana que possibilite uma maior e melhor interactividade em relação à compreensão da língua. Isto entretanto, não impediu que se avançasse com a iniciativa, tendo por base, a esse nível uma adaptação da língua gestual Portuguesa e, tão importante quanto isso, a criatividade dos seus usuários;
- Resolvido esse problema, o desafio foi a nível da relação entre o professor intérprete e os demais professores das nove disciplinas leccionadas nas turmas que integraram alunos com deficiência. Diante da realidade de se ter uma Professora que desempenha a função de intérprete para as nove disciplinas, o corpo docente responsável pela classe se reúne semanalmente com a Intérprete para juntos delinear as estratégias e partilharem os conteúdos a serem leccionados. Do mesmo modo se procede em relação à avaliação oral e escrita;
- No início foi visível uma certa tensão na interacção dos alunos surdos com os outros alunos não surdos, mas foi feita uma grande aposta na socialização e interacção, fomentado actividades extracurriculares que permitissem a partilha e o respeito pelas diferenças individuais.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Esta prática veio a demonstrar que a inclusão é possível na realidade educativa Cabo-verdiana. No passado as crianças com deficiência, crianças surdas em particular, não tinham acesso ao ensino Secundário, limitando e dificultando à possibilidade de uma vida activa e independente. Esta experiência tem tido um impacto directo na redução do preconceito, demonstrando que a diferença é a riqueza da sociedade e a Educação um direito de todos e para todos;
- A parceria entre o Estado e uma ONG demonstrou ser estratégica para a mudança social em Cabo Verde. Esta parceria reforçou a ideia de que a luta para a Inclusão de pessoas com deficiência não é uma apologia política mas um acto de cidadania e de justiça social. Em relação á aprendizagem, foi uma oportunidade para o corpo docente reflectir e reconhecer que existem várias formas de ensinar e de aprender.

«Estou a realizar um sonho de frequentar o liceu» Janete, aluna do 7º ano da ESPG

## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Reforço das relações de parceria com os pais e encarregados de educação, para que tenham um papel mais activo nesta prática;
- Uma maior aposta na formação curta/contínua de professores em língua gestual;
- Criação de instrumentos de avaliação adequados para os alunos surdos, nas disciplinas em que se valoriza a expressão oral;
- Maior articulação entre a Escola e os Centros de Formação Profissional proporcionando desde cedo a interacção com a formação técnica e a profissional.

Para mais informações, contactar : **Maria José Barbosa, Directora da Escola,**  
e-mail [pedro.gomes@cvtelecom.cv](mailto:pedro.gomes@cvtelecom.cv), telefone: 261 24 35

## ESTUDO DE CASO II: ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL PARA INTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS SURDAS NA ESCOLA BÁSICA EUGÉNIO TAVARES

**Localização:** Achada Santo António, Cidade da Praia, Ilha de Santiago

**Actores implicados:** Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da criança Deficiente (AADICD) e Ministério da Educação e Desportos (MED).

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Escola Básica Eugénio Tavares (EBET), situada num dos bairros mais populosos de Cabo Verde, apostou numa Educação integrada. Em parceria com a AADICD abriu há cinco anos uma sala de trinta alunos surdos acompanhados por um grupo de dois professores que receberam uma curta formação/sensibilização para o efeito. A Escola Eugénio Tavares tem proporcionado aos alunos surdos uma educação de qualidade e uma real integração na sociedade. O processo de aprendizagem dos alunos surdos foi reforçado pela frequência da sala de recursos no período contrário às aulas. Esta dispõe de alguns materiais pedagógicos adaptados às necessidades das crianças surdas.

Com um forte envolvimento dos pais e encarregados de educação, esta iniciativa tem possibilitado aos alunos surdos o acesso e permanência no Ensino Básico e ingresso no Ensino Secundário.





## FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- Esta prática se destaca pela parceria entre o Ministério da Educação, através da Escola Eugénio Tavares e a AADICD, que juntos disponibilizaram recursos materiais e humanos para a sua concretização;
- Os materiais pedagógicos, tais como livros adaptados, CDs e quadros de leituras, cedidos pela AADICD foram importantes suportes pedagógicos na aprendizagem e assimilação dos conteúdos programáticos;
- O engajamento e motivação das duas professoras com formação pedagógica e mães de crianças surdas. A atitude dessas pedagogas facilitou a colaboração dessas mães na integração dos seus filhos num ambiente diferente do de familiar. Elas actuaram como agentes que solicitaram o ingresso dos seus filhos na escola. Elas motivaram os seus próprios filhos para frequentar a escola. Para elas, a deficiência não constitui um obstáculo para os seus filhos ao acesso ao ensino. Algumas mães aprenderam a língua gestual na interacção com os seus filhos;
- A participação da professora Lena Tavares, que foi capacitada com formação específica em língua gestual Portuguesa tem imprimido uma maior qualidade ao processo de ensino aprendizagem. O facto da educadora ser ela própria surda possibilitou o desenvolvimento de um sistema de comunicação mais eficaz. A partilha de competências da língua gestual com as outras professoras foi determinante para o processo ensino aprendizagem destas crianças;
- A abertura e sensibilidade da gestão da escola possibilitaram o envolvimento de toda a comunidade educativa na causa da inclusão.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- No início desta prática, os pais e encarregados de educação não acreditaram que seria possível. Os pais já não acreditavam no sistema e na capacidade dos seus filhos surdos de aprenderem. Por esta razão, foi feito um trabalho junto dos pais e da comunidade, com base em actividades como encontros e discussões de grupos, palestras, com o propósito de sensibilizá-los e de informá-los sobre a surdez e da capacidade potencial do surdo em aprender;
- Uma das grandes dificuldades encontradas foi o número elevado de alunos com diferentes faixas etárias e em diferentes níveis de conhecimento da língua gestual. Para colmatar tal constrangimento, os alunos foram divididos em três grupos ministrados por três professoras;
- A necessidade de desenvolver um sistema de comunicação, através da Língua Gestual, tem sido um desafio para esta prática, dificuldade colmatada pela presença da professora da língua gestual, Lena Tavares, que enquanto formadora de formadores tem replicado a sua formação junto de professores e alunos.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- As crianças surdas que antes estavam em casa sem a possibilidade de frequência no ensino básico têm agora a oportunidade de entrar no mundo da escola e da aprendizagem formal;
- A interacção das crianças surdas com as ouvintes e com a comunidade local tem diminuído o preconceito em relação às pessoas com deficiência;
- A partilha entre os professores tem contribuído para uma maior e melhor compreensão do processo de aprendizagem do aluno surdo.

*«Hoje sinto que as crianças surdas estão realmente a aprender». Mãe e professora de crianças surdas.*

Esta prática representa o empenho e a vontade do MED em promover os direitos da pessoa com deficiência e a importância das ONGs e da sociedade civil neste processo.

## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Preconizar actividades inclusivas com os alunos ouvintes;
- A sala deve ser parte integrante da escola, deve haver maior participação/interacção dos professores nos encontros pedagógicos da escola e nas actividades extra curriculares;
- Maior envolvimento dos pais e encarregados de educação nas actividades e nas estratégias pedagógicas realizadas na escola.

Para mais informações, contactar: **Helena Lisboa, Escola Primária Eugénio Tavares, Telefone: 2 61 31 31**



## ESTUDO DE CASO III: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TODOS OS TIPOS DE DEFICIÊNCIA NA ESCOLA CAPELINHA

**Localização:** Fazenda, Cidade da Praia, Ilha de Santiago

**Actores implicados:** Ministério da Educação e Desportos (MED), Famílias e Comunidade.

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Escola da Capelinha é uma das escolas mais antigas da Cidade da Praia, localizada num bairro populoso e residencial. Reconhecida pela qualidade e empenho dos seus professores, Capelinha trabalha com um grupo de oito crianças com deficiência. Um grupo que inclui crianças com deficiência intelectual, física e de aprendizagem. Elas estão distribuídas em diferentes turmas e níveis de ensino nas salas regulares. Seis professores com formação pedagógica específica, incluindo sessões curtas de formação sobre como trabalhar com crianças com deficiência, integram esta prática.

Esta abertura para receber uma iniciativa do género indica a Capelinha como uma escola que respeita os direitos da Criança e demonstra o seu compromisso com a Educação e com a inclusão da criança com deficiência.

Com base no que se pode observar, os professores são comprometidos com a aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais, criando estratégias criativas para promover o seu desenvolvimento social e cognitivo. Para tal, esses professores foram sensibilizados, acompanhados e formados pelo Ministério de Educação sobre o processo e as técnicas de ensino e de aprendizagem voltados para as crianças com deficiência.

As actividades desenvolvidas na escola são partilhadas com toda a comunidade educativa, contando com um forte engajamento dos pais e encarregados de educação das crianças com deficiência.





## FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- A determinação dos professores em proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais um ambiente rico e favorável à aprendizagem;
- A criatividade e motivação de toda a comunidade educativa na produção de materiais e actividades para a inclusão das crianças com deficiência e das suas respectivas famílias;
- O acompanhamento dos técnicos do Ministério da Educação e a oportunidade dos professores participarem em acções de formação e capacitação munindo-se de instrumentos práticos para o quotidiano. Por exemplo: os materiais utilizados para desenvolver a motricidade fina e grossa (cubos de madeira, bolas de borracha, corte e colagem, etc.). Estes professores participaram sobretudo nas palestras de sensibilização sobre o processo de inclusão no ensino básico, organizado pelo núcleo de Educação Inclusiva do Ministério da Educação;
- Gestão aberta e sensível à inclusão de crianças com deficiência na escola, permitindo que a escola seja um espaço participativo, na qual todos fazem parte do “fazer pedagógico” da escola.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- Uma das principais dificuldades tem sido as barreiras físicas e arquitectónicas da escola que não favorecem a livre circulação das crianças em cadeiras de rodas. Nesses casos esses alunos frequentam as aulas nas salas do rés-do-chão;
- A falta de materiais pedagógicos adequados tem sido, por outro lado, um desafio constante. Para ultrapassar esse problema, os professores têm-se valido da sua criatividade produzindo materiais e adaptando os existentes;
- A crença dos pais de que as crianças com deficiência, principalmente as com deficiência cognitiva não aprendem, tem sido um factor limitador desta prática. Para reverter este preconceito, a classe docente tem feito o registo do desenvolvimento desses alunos, demonstrando aos pais os ganhos sociais e cognitivos dos seus filhos ao longo do processo.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Crianças que antes eram confinadas a casa e, por isso, sem acesso a uma convivência social e à interacção com outras crianças, têm a possibilidade e o direito à educação num ambiente rico de possibilidades de aprendizagens e de respeito pelas suas diferenças;
- Pais e encarregados de educação mais conscientes do desenvolvimento dos seus filhos e da sua real capacidade de aprendizagem;
- Professores mais capacitados e abertos para a prática da Inclusão, suas potencialidades e dificuldades;
- Uma comunidade educativa mais consciente dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente do direito a educação.

«Educação é um direito... a nossa escola tem a obrigação de acolher todas as crianças.», Gestora da Escola



## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Maior partilha dos recursos produzidos entre os professores e realização de actividades conjuntas com o propósito de torná-las acessíveis a todos os alunos e planificação de actividades pedagógicas. Por exemplo: pequenos grupos de leitura, dinâmicas de grupo como simulação, actividade na qual um colega se coloca no lugar do outro para se ter a ideia do mundo do outro;
- Envolver os pais nas actividades realizadas com as crianças para que possam vivenciar o quotidiano dos seus filhos e darem continuidade em casa;
- Que os professores, os pais e os encarregados de educação, e os alunos devem tirar maior proveito da Sala de Recurso do MED na Escola Secundária Pedro Gomes, em Achada Santo António, a 3km da Escola Capelinha. O referido espaço poderá ser um recurso estratégico e importante para o processo ensino e de aprendizagem;
- Criação de um Núcleo de Estudo e de Pesquisa entre os professores para constante reflexão sobre as diferentes estratégias de abordagem de aprendizagem, numa perspectiva multidisciplinar.

**Para mais informações, contactar: Jacira Duarte, Escola Primária Capelinha, Telefone: 261 14 43**

## ESTUDO DE CASO IV: COOPERAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NA ESCOLA CALABACEIRA

**Localização:** Calabaceira, Cidade da Praia, Ilha de Santiago

**Actores implicados:** Ministério da Educação e Desportos (MED), Associação Acarinhar e Família

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Escola da Calabaceira é uma das escolas primárias da Cidade da Praia, localizada num bairro carenciado da capital. Acolhe quatro crianças com deficiência física, mental e cognitivo. Em 2011, uma das professoras, a Fátima, assumiu o desafio de ter na sala de aula o Márcio, uma criança com paralisia cerebral. Sem formação específica e com uma turma de trinta e oito alunos, o processo de aprendizagem do Márcio passou a ser uma tarefa de toda a comunidade educativa.

Empenhada a ser professora de todos os alunos, Fátima se dedicou à criação de estratégias de aprendizagem adequadas às capacidades do Márcio.

Como muitas crianças com paralisia cerebral, o Márcio passava os seus dias confinados em casa sem interacção com outras crianças e sem a possibilidade de acesso à educação. A relação entre a professora Fátima e o Márcio dá início a um processo de inclusão e de aprendizagem.

A professora participou de seguida numa formação específica sobre a paralisia cerebral ministrada pela associação Acarinhar e começou a participar anualmente na colónia de férias da associação. Através destas trocas, a professora pode reforçar as suas competências e desenvolver novas ferramentas educativas. Ela tomou igualmente a iniciativa de promover sessões de sensibilização com os pais dos alunos para favorecer a sua compreensão sobre a deficiência e a integração dos alunos como o Márcio na sala de aula.

### FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- A formação ministrada pela Acarinhar munuiu a professora de competências e estratégias específicas para desenvolver as potencialidades de uma criança com paralisia cerebral, no âmbito da socialização, desenvolvimento motor, linguagem não-verbal e som. Isto permitiu ao Márcio uma maior interacção com os seus colegas e com a sua família;
- A participação da professora no campo de férias da Acarinhar foi uma oportunidade para aprender e partilhar estratégias de aprendizagem e socialização da criança com paralisia cerebral;
- A motivação e a criatividade da professora na busca de novas estratégias de aprendizagem rentabilizando os escassos recursos existentes;
- O envolvimento e engajamento dos pais no processo de inclusão do filho.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- O Ministério da Educação e Desporto ofereceu ao aluno uma cadeira de rodas adequada à sua deficiência, o que permitiu liberdade de movimentos e segurança;
- A preocupação de outros pais de que a presença de Márcio na sala iria distrair os alunos e afectar a aprendizagem do resto da turma. Através de sessões de sensibilização foi possível convencê-los de que a sala de aula é lugar de todos os alunos independentes da sua situação física ou mental;
- A falta de materiais pedagógicos específicos para estimular movimentos dos membros superiores e inferiores. Com materiais reciclados a professora confeccionou uma bola maleável que pudesse estimular os músculos das mãos. Duas vezes por semana organiza um jogo de futebol proporcionado a interacção entre os alunos.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Concretização do direito à educação a crianças com paralisia cerebral;
- Comunidade educativa sensibilizada. Menos discriminação em relação às crianças com deficiência;
- Professores motivados e empenhados em fazer desta escola espaço exemplo de inclusão;
- Crianças aprendendo a respeitar a diferença, através da interacção e da interajuda;
- Pais conscientes de que quando uma criança com paralisia cerebral frequenta a escola há progressos no desenvolvimento emocional, físico e cognitivo.

## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Se faz necessário uma planificação mensal das actividades a serem desenvolvidas com o Márcio e quais são os resultados esperados;
- Necessidade de se adaptar uma mesa para facilitar o manejo dos objectos e o movimento das mãos do Márcio;
- Maior envolvimento dos pais e encarregados de educação nas actividades realizadas em casa;
- Criação de materiais pedagógicos que estimulem as competências psicológicas e físicas da criança com paralisia cerebral;
- Diminuição de número de alunos da sala permitindo assim maior disponibilidade do educador para responder às demandas da criança com deficiência.



Para mais informações,  
contactar: **João Silva,**  
**Escola Primária**  
**Calabaceira,**  
**Telefone: 262 27 61**



## ESTUDO DE CASO V: INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR

**Localização:** Tarrafal (Chão Bom), Vila do Tarrafal, Ilha de Santiago

**Actores implicados:** Jardim de Infância do Tarrafal, Monitoras e Familiares

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

O Jardim da Câmara Municipal do Tarrafal fica situado no centro da cidade do Tarrafal. Este estabelecimento recebe crianças das famílias mais desfavorecidas e as apoia no processo de educação dos seus filhos. Apenas uma criança com deficiência, paralisia cerebral, frequenta o ensino pré-escolar. O processo da inclusão desta criança deu-se através da implementação de algumas práticas. Por exemplo: o jardim é marcado por uma gestão aberta e inclusiva, com monitoras que, com escassos recursos, fazem com que a criança com deficiência tenha acesso ao Jardim Infantil.

### FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- Gestão Aberta e inclusiva: os aspectos legais da inclusão foram considerados, isto é a legislação nacional estipula que toda as crianças tem direito à educação. O papel do gestor, enquanto articulador de mudança foi exercido em pleno;
- Capacidade de utilizar e rentabilizar os recursos existentes. Por exemplo, material didáctico: colchões, cobertores, brinquedos, papel ofício e crepe, cola branca, livros de histórias, massa para moldarem, giz, lápis, cartolina, borracha, tinto guache e caneta de feltro. Espaços Físicos: uma sala de actividades com iluminação natural e arejamento, uma instalação sanitária para todos;
- Relação do Jardim com os pais e encarregados de educação. A mãe facilita o trabalho desta estrutura pública de ensino por meio de uma colaboração estreita com os professores no conhecimento dessa criança. Por exemplo, partilha de informações sobre o desenvolvimento da filha, os cuidados que tem com a mesma, além de participar nas actividades promovidas pelo Jardim.





## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- Falta de formação específica para trabalhar com crianças com Paralisia Cerebral – foi superada através de pequenas formações ministradas pelo MED no concelho e uma relação de confiança e partilha com a família.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- O acesso ao Jardim permitiu o desenvolvimento social da criança e seu progresso, por exemplo, na articulação de movimentos;
- Esta prática permitiu que a mãe da criança com deficiência tivesse disponibilidade para trabalhar e sustentar a família;
- O Jardim desenvolveu a sua capacidade de inclusão, através da criação de recursos didácticos adaptados: actividades como jogos de crianças;
- Através desta prática, a comunidade reconheceu que a criança com deficiência tem capacidades e direito à Educação ao mesmo tempo que diminui a discriminação e o preconceito;
- Através da partilha da educadora, pôde-se perceber que a comunidade ficou surpresa com o facto de que uma criança com deficiência ser matriculada no jardim-de-infância. Segundo ela, depois de várias tentativas frustradas da mãe para matricular seu filho no sistema de ensino, essa foi a única estabelecimento com abertura, sensibilidade e respeito para com os direitos da criança com deficiência à educação.

«Os recursos somos nós que criamos ... é precisa querer.» Monitora Jardim Infantil Tarrafal

«Hoje tenho onde deixar a minha filha, já desenvolveu muito.» Mãe da criança, Maria Sanches

## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Dotar a instituição de adaptações arquitectónicas que permitam a livre circulação de pessoas com deficiência;
- Capacitar as monitoras com técnicas específicas que permitam desenvolver as capacidades físicas e mentais das crianças com deficiência física e intelectual;
- Reforçar as relações com a comunidade.



Para mais informações, contactar: **Maria Teresa, Educadora do Jardim de Infância Tarrafal**

# BOAS PRÁTICAS DA ILHA DE SÃO VICENTE

## ESTUDO DE CASO VI: ADOÇÃO DE MEDIDAS DE APOIO INDIVIDUALIZADAS E EFECTIVAS NA ESCOLA JORGE BARBOSA

**Localização:** Mindelo, Concelho de São Vicente, Ilha de São Vicente

**Actores implicados:** Ministério da Educação e Desportos (MED), Escola e família.



Uma criança com deficiência visual usando computador, a sua ferramenta básica de aprendizagem, na Escola Secundária Jorge Barbosa, Ilha de São Vicente, Cabo Verde

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Durante seis anos no Ensino Básico a professora Hironcina Lima dedicou-se ao processo de ensino e aprendizagem de dois alunos invisuais que frequentavam uma sala com crianças sem deficiência. No entanto, um dos alunos emigrou ficando apenas o Ailton que prosseguiu os seus estudos secundários. Enquanto professora sem competências específicas para trabalhar com crianças invisuais, ela basicamente, se limitou a proporcionar aos alunos invisuais um ambiente de interacção amigável saudável. A aprendizagem de conteúdos escolares foi possível apenas para os alunos sem deficiência.

A fim de melhorar as suas capacidades de ensino, a professora procura com o MED estratégias e metodologias adequadas para estimular o aprendizado de crianças invisuais. Depois de uma formação básica e curta em Braille, ministrada por técnicos do MED, a professora Hironcina inicia uma comunicação mais intensiva e processo de aprendizagem com o aluno que viabilizou o processo de ensino e de aprendizagem, com impactos em toda a comunidade educativa e na vida do referido aluno. Hoje a frequentar o Ensino Secundário, o Ailton é considerado uma caso de sucesso e de superação pessoal.

## FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- A presença na sala de aula de uma professora com disponibilidade de tempo para se dedicar à aprendizagem de alunos invisuais;
- A formação em Braille recebida pelo ME, dotando a Professora Hirondina de conhecimentos e competências na linguagem Braille;
- A dedicação e vontade da professora em romper barreiras e criar materiais de suporte à aprendizagem;
- A relação pedagógica entre a professora Hirondina e o aluno Ailton, num clima de respeito mútuo e interagida.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- Os pais e encarregados de educação não acreditavam na capacidade do Ailton para ultrapassar as barreiras da deficiência visual, desmotivando o filho de frequentar a escola. Através de um trabalho de sensibilização, a professora Hirondina demonstrou aos pais os ganhos e as possibilidades de desenvolvimento que estavam ao alcance do Ailton;
- A ausência de um sistema eficaz de aprendizagem da leitura e escrita – Com a formação recebida do MED em Braille foi possível com o aluno se aperfeiçoar o processo da leitura e da escrita. Hoje ele assiste as aulas utilizando um computador portátil, o qual é um meio sobretudo de aprendizagem;
- A ausência de materiais pedagógicos adequados, levou a professora, para colmatar as dificuldades, a criar instrumentos de cartolina, cartões, botões etc. para facilitar a aprendizagem dos diferentes conteúdos programáticos.



## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Como fruto desta relação de aprendizagem o Ailton é um dos poucos alunos invisuais da ilha a frequentar o Ensino Secundário com sucesso;
- Comunidade educativa mais consciente das capacidades de aprendizagem dos alunos invisuais;
- A Professora Hirondina partilhou a sua experiência com outros professores, do seu meio, reproduzindo a prática.

## PRINCIPAIS PONTOS A SEREM CONSIDERADOS

- A presença de uma professora assistente na sala de aula é um elemento chave para garantir o direito à educação de qualidade às crianças com deficiência;
- A formação dos professores em Braille constitui um imperativo para garantir o sucesso do ensino e da aprendizagem;
- Se faz indispensável munir a escola de materiais pedagógicos adequados ao processo ensino e aprendizagem dos alunos invisuais.

Para mais informações, contactar: *Hirondina Lima, Professora reformada, Telefone: 231 40 12*



# BOAS PRÁTICAS DA ILHA DO FOGO

## ESTUDO DE CASO VII: PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA, A ESCOLA E A SALA DE RECURSOS DO MED

**Localização:** Cidade São Filipe, Ilha do Fogo

**Actores implicados:** Ministério da Educação e Desportos (MED), Delegação Escolar e Delegacia de Saúde, Instituições privadas religiosas e ONG.

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESO DE IMPLEMENTAÇÃO

A sala de recurso é uma estrutura de apoio pedagógico destinada à toda a comunidade educativa e crianças com necessidades educativas especiais. Esta estrutura educativa fica situada no centro da cidade de São Filipe e oferece um leque de apoios pedagógicos aos professores, pais e alunos.



Nos períodos em que não estão na escola, (as crianças frequentam a escola ou de manhã ou à tarde, em Cabo Verde), os alunos com necessidades educativas especiais recebem reforço pedagógico e apoio psicológico. Nesta sala existe jogos didácticos, livros infantis de contos, materiais audiovisuais (televisão e vídeo), disponibilidade de cadeiras de roda, materiais desportivos didácticos adaptados a diferentes tipos de deficiência, doados pela Igreja dos Santos dos Últimos Dias. A sala é uma estrutura adaptada dentro de uma escola primária pública de São Filipe com acessibilidade física para pessoas com deficiência. A frequência é diária e é gratuita, com o apoio de uma professora do Ministério da Educação. Na sala de recurso são organizadas regularmente sessões de sensibilização e capacitação na área da deficiência.

Entre as crianças que frequentam a sala de recurso, nós encontramos Sandro, uma criança com deficiência física. Graças à dedicação dos pais e apoio da sala de recurso, a criança recuperou os movimentos e passou a frequentar a escola.

Antes era uma criança confinada a casa, não tinha amigos e não socializava com outras crianças. Hoje, a criança joga na equipa de futebol da comunidade e é capaz de escrever o seu próprio nome.

## FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- A existência da sala de recurso enquanto um espaço de apoio e reforço pedagógico aos professores, pais e alunos com Necessidades Educativas Especiais;
- A dedicação dos técnicos da sala de recurso que acreditam na inclusão enquanto um direito da criança;
- A dedicação da família do Sandro que acreditou que o filho era capaz de aprender;
- A escola que acolheu o Sandro sem discriminação nem preconceito.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- A falta de materiais de apoio foi superada graças a parcerias estabelecidas entre o MED e ONG e Igrejas que possibilitaram a aquisição de materiais didácticos, informáticos e cadeiras de rodas para a sala de recurso;
- A discriminação por parte da comunidade representa uma dificuldade inicial. Através da Delegação Escolar e da Delegacia de Saúde foram feitas palestras de sensibilização na comunidade com o propósito de erradicar o preconceito e a injustiça social.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Sala munida de recursos materiais e humanos para dar apoio a crianças com Necessidades Educativas Especiais;
- Família capacitada e feliz com os progressos das crianças;
- Comunidade mais consciente dos direitos das pessoas com deficiência.

## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Para a sustentabilidade desta prática se faz necessário reforçar as parcerias com as outras organizações e instituições privadas existentes na ilha;
- Maior envolvimento dos professores nas actividades da sala de recurso para que haja actividades coordenadas e com base em competências e objectivos específicos.

Uma criança na sala de recurso multifuncional da Escola Primária de São Filipe, Ilha do Fogo, Cabo Verde



Para mais informações, contactar: *Maria Madalena Pires, Escola Primária de São Filipe*

## ESTUDO DE CASO VIII: COOPERAÇÃO ALUNO/ALUNO, ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

**Localização:** Cova Figueira, Concelho de São Filipe, Ilha do Fogo

**Actores implicados:** Universidade de Cabo Verde, Escola/Família/Comunidade

### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Escola Secundária da Cova Figueira se caracteriza pela relação saudável e de cooperação existente entre os alunos, professores, famílias e comunidade. A Escola tem promovido o respeito à diferença através de palestras e de actividades extracurriculares que permitam uma maior e melhor integração dos alunos com deficiência.

É notável os resultados académicos e de aprendizagem dos alunos com deficiência e a sua inclusão nas salas regulares. Esta prática também se distingue pela cooperação e auto ajuda dos alunos sem deficiência. Há sempre alunos dispostos a auxiliar os alunos com deficiência na aprendizagem de determinados conteúdos e a partilhar experiências. É neste contexto que a Sílvia, aluna quadriplégica que escreve usando a sua boca tem se distinguindo pelos excelentes resultados académicos. Sempre apoiada pelos colegas, a Sílvia tem um grande círculo de amizade e colegas dispostos a transporta-la às costas sempre que houver necessidade.



O facto da escola se localizar no meio de um pequeno povoado, numa zona rural, faz com que ela estabeleça uma relação de proximidade e de constante troca com a comunidade na qual está inserida, através da participação activa dos pais e encarregados nas reuniões e nas actividades culturais desenvolvidas ao longo do ano académico.

A estrutura física da escola permite uma total acessibilidade do aluno com deficiência a todas dependências da escola, promovendo assim a sua independência e participação.

### FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- A escola aberta à diferença, sensibilizando a comunidade educativa através de palestras com ênfase no respeito às diferenças individuais;
- A estrutura física da escola favorece a acessibilidade e a livre circulação, dentro da mesma, pela pessoa com deficiência;
- O corpo docente capacitado pela Universidade de Cabo Verde e sensível à problemática da deficiência, fazendo com que os alunos aprendam a respeitar o diferente;
- Os alunos cooperativos e sensibilizados através de palestras e actividades extracurriculares para a deficiência. Abertos à partilha e amizade;
- A família empenhada em fazer parte do processo de aprendizagem da criança com deficiência;
- Comunidade activa e participativa que cria sinergias e se envolve nas actividades desenvolvidas pela escola.



## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

As dificuldades encontradas para o caso específico de Sílvia são as seguintes:

- Necessidade de uma cadeira de rodas que facilitasse a circulação nas dependências da escola. Através de uma doação a escola adquiriu uma cadeira de rodas que é usada diariamente pela aluna;
- A família não tinha condições financeiras para suportar os custos diários de transporte da criança até à escola reduzindo assim a sua frequência às aulas. Algumas pessoas da comunidade se ofereceram para suportarem esses custos durante todo o ano lectivo.

## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Esta prática é um exemplo de que é possível incluir as pessoas com deficiência, com dignidade, com os recursos existentes;
- Alunos e professores mais conscientes das diferenças individuais e do respeito pela diversidade. A questão da deficiência passa a ser vista como uma potencialidade e não apenas na visão das limitações e incapacidades;
- Comunidade mais sensível às questões da deficiência, promovendo a auto ajuda e a solidariedade social;
- Através do exemplo da Sílvia, os alunos são estimulados a ultrapassar as suas próprias limitações e a valorizar as suas potencialidades.



## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Adaptação das casas de banho da escola às necessidades das pessoas com deficiência.



Para mais informações, contactar: *Escola Secundária de Cova Figueira, Telefone 282 16 86*

# BOAS PRÁTICAS DA ILHA DA BRAVA

## ESTUDO DE CASO IX: ADAPTAÇÃO CURRICULAR ÀS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

**Localização:** Nova Sintra, Concelho de Nova Sintra, Ilha da Brava

**Actores implicados:** Delegação Escolar, Núcleo da Educação Inclusiva do Ministério da Educação e Desportos, Escola e Família.



### DESCRIÇÃO DA PRÁTICA E DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Escola Secundária da Nova Sintra adoptou os princípios da Educação Inclusiva, promovendo o acesso dos alunos invisuais ao Ensino Secundário. Os três alunos com deficiência visual estão na mesma turma e escolaridade com os outros. Esta prática é um exemplo de que com professores sensíveis e um sistema de avaliação adaptado às suas necessidades, é possível valorizar as competências desses alunos respeitando as suas limitações.

O envolvimento das famílias e a sua relação com a escola permitiu uma inclusão plena dos alunos invisuais no contexto educativo através da sua participação nos encontros individuais, nas reuniões, discussões de grupo e nas demais actividades escolares endereçadas aos encarregados de educação dos alunos. Esta relação de parceria permitiu que os professores e coordenadores pedagógicos construíssem um vínculo com os membros da família dos alunos com deficiência. A escola acabou por desempenhar, dentro de suas funções educativas, um papel de assistência às famílias. As contribuições dos membros da família forneceram orientação em como apoiar as crianças na sala de aula. Os profissionais melhoraram a sua relação com os familiares tratando as crianças com deficiência como indivíduos, não como um caso. Referindo-se a cada uma delas pelo nome pelo como é conhecida no seu meio familiar e social (normalmente as crianças dos meios mais desfavorecidos são-lhes atribuídas, em casa, no bairro, um nome

diferente do seu nome de registo), interessando-se em conhecer suas capacidades, incapacidades e características individuais, em vez de tentar, simplesmente, classificá-las, categorizá-las.

Assim, os professores e outros profissionais aprenderam a mudar a sua abordagem de um modelo médico para abordar a deficiência num modelo mais inclusivo, no qual cada pessoa é vista como um indivíduo com forças e necessidades individuais.

As estratégias que foram implementadas para facilitar o aprendizado desses alunos são um currículo e práticas de ensino que permitem aos alunos desenvolver as suas competências e atingir seu potencial. Ex: Para alunos invisuais, o professor usou provas orais em vez de trabalho escrito usado para os outros alunos sem deficiência.

## FACTORES QUE TORNARAM POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DESTA PRÁTICA

- Gestão aberta da escola;
- Pais motivados e empenhados na educação dos seus filhos;
- Professores sensíveis e capacitados;
- O apoio técnico da Delegação Escolar e do Núcleo da Educação Inclusiva na Ilha.

## PRINCIPAIS DIFICULDADES E COMO FORAM SUPERADAS

- O sistema de avaliação utilizado pela escola não estava adaptado às necessidades dos alunos com deficiência visual – Em parceria com o Núcleo de Educação Inclusiva na ilha, foi elaborado um novo sistema de avaliação e de conteúdos, objectos específicos do currículo escolar oficial foram seleccionados para responder à sua deficiência e aumentar suas potencialidades. Exemplo: Estes alunos são avaliados mais em suas habilidades de escuta, do que na sua capacidade de escrita;
- Falta de materiais didácticos específicos para alunos invisuais. O problema foi, entretanto, resolvido, com o envolvimento das famílias, os alunos adquiriram os seus materiais próprios (ferramentas de escrita em braille, livros adaptados em um formato de leitura acessível, computadores com software de leitura adaptado, etc.).



## EFEITOS DESTA PRÁTICA

- Alunos invisuais frequentando aulas numa escola regular e com possibilidades de melhor participação social;
- Comunidade educativa menos preconceituosa e aprendendo a respeitar a diferença;
- Famílias motivadas e cientes da sua responsabilidade no processo de educação dos seus filhos.

## COMO ESTA PRÁTICA PODE SER MELHORADA

- Maior envolvimento dos professores no processo de aprendizagem desses alunos. Os professores podem determinar o conhecimento inicial desses alunos antes de começar o programa formal através de encontros específicos com antigos professores e pais. Estas informações ajudam na planificação do programa escolar e na estruturação de estratégias de aprendizagem que sejam condizentes com as necessidades e aptidões desses alunos;
- Ter os materiais adequados que facilitam a aprendizagem dos alunos invisuais;
- Maior envolvimento dos alunos invisuais nas actividades culturais e extracurriculares desenvolvidos pela escola.

Para mais informações, contactar: **Alfredo Silva, Ponto Focal de Educação Inclusiva no Ministério da Educação e Desportos**



## V. RECOMENDAÇÕES PARA DESENVOLVER E REFORÇAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Após a análise dos estudos de caso, os membros do Comité de Direcção identificaram algumas dificuldades de carácter “transversal” na organização do sistema de educação para crianças com deficiência em Cabo Verde. De entre as dificuldades mencionadas salientáramos três delas:

- A ausência de uma definição clara de funções entre os diferentes parceiros (com particular referência às competências das associações e do Ministério),
- A carência de recursos humanos, materiais e financeiros
- A organização deficitária da escola pública que por vezes cria dificuldades à inclusão de alunos com dificuldades escolares.

Para além disso, foram identificados factores de sucesso nomeadamente as atitudes positivas e voluntaristas e uma boa receptividade à ideia de inclusão por parte dos professores e outros profissionais, a gestão das escolas e também a colaboração com as escolas das comunidades, nomeadamente por parte das autarquias.

As boas práticas neste relatório são bons passos para uma abordagem mais inclusiva da educação. No entanto, porque a maioria das iniciativas realizadas utilizam uma abordagem integrada versus uma abordagem inclusiva, existem muitos passos que são necessários para que se possa avançar para práticas verdadeiramente inclusivas na educação. Enquanto a abordagem integrada permite que as crianças tenham acesso a educação ainda que em salas de aula ou estabelecimentos separados, com professores específicos para tal, uma abordagem inclusiva permite a todas as crianças o acesso a educação convencional em condições de igualdade com os outros, com o apoio necessário, acomodações, flexibilidade e adaptabilidade do ambiente escolar, elementos necessários para facilitar a aprendizagem.

Uma síntese das recomendações, resultado deste estudo é apresentada nas páginas seguintes.

O objectivo das recomendações é apresentar orientações claras e concretas através das quais os principais actores podem se implicar na questão da Educação Inclusiva.

### **Aumentar o investimento e os recursos postos à disposição da Educação Inclusiva**

É muito importante que o capital de generosidade e de voluntarismo que o estudo encontrou não se esgote pela exaustão dos professores e outros técnicos. É preciso, pois, continuar a apostar em mais recursos para que o apoio seja cada vez mais um serviço disponibilizado pela escola e não uma opção ou uma “generosidade”.

Apesar do estudo realçar a importância da “boa prática” de receptividade e boa vontade dos professores, esta boa vontade é sempre passageira e não pode servir de alicerce para apoiar um sistema fiável de Educação Inclusiva. Não se deve esquecer que o voluntarismo que foi encontrado junto dos diferentes atores se desenvolve para suprir carências que deveriam ser asseguradas pelo sistema educativo.

Seria necessário concretizar a existência de uma Sala de Recurso Multifuncional SRMF em cada distrito, o aumento dos professores de apoio, um investimento em recursos materiais e financeiros que possam apoiar uma política de prevenção e de atendimento atempado das necessidades que se manifestam nas escolas. Ficou ainda claro neste trabalho de pesquisa que as verbas disponibilizadas às Associações são claramente desproporcionais tendo em conta os serviços que elas prestam e que delas se espera.

### **Melhorar a articulação entre as associações/ONGs e as estruturas ministeriais**

A fim de garantir uma Educação Inclusiva respondendo directamente às necessidades e aos interesses do conjunto da comunidade, torna-se necessário melhorar a articulação entre as associações/ONG's e as estruturas ministeriais. O sistema de apoio poderia beneficiar de uma articulação de recursos em que as escolas regulares e as associações/ONG's são claramente complementares.

A articulação entre as Salas de Recurso Multifuncionais” (SRMF) e as associações/ONG’s necessita de ser melhorada e certamente esta articulação poderia beneficiar das conclusões de um **grupo de trabalho** que fosse criado para o efeito.

## **Elaborar um “Plano Nacional para a Educação Especial, Inclusão e Equidade Educativa**

Apesar das numerosas e eficazes redes de “solidariedade informal”, de voluntariado, de cooperação e parceria entre instituições, parece que o sistema se beneficiaria de uma “carta”, de um documento de intenção que apontasse metas e medidas para Educação Especial em Cabo Verde. O que se poderia chamar um “Plano Nacional para a Educação Especial, Inclusão e Equidade Educativa” que apontasse objectivos com data prevista de consumação, as medidas que seriam necessárias e as entidades que seriam responsáveis pela sua implementação. A elaboração desse plano poderia ser apoiada por uma organização internacional.

## **Realizar levantamento da situação das crianças com deficiência**

Uma pesquisa sobre a situação das crianças com deficiência no acesso à educação deve ser conduzida em Cabo Verde. Este tipo de informação fornecerá respostas importantes de como a Educação Inclusiva deve ser implementada ao nível nacional.

## **Melhorar os serviços de intervenção precoce e preventivo de identificação de Necessidades Educativas Especiais**

O número muito baixo de alunos apoiados indicia que existem muitos alunos que, apesar de terem dificuldades nas suas aprendizagens que impactam no sucesso escolar, não recebem apoio. Talvez muitos deles não estejam sequer na escola.

Seria importante melhorar os serviços de intervenção precoce e também de serviços precoces e preventivos de identificação de NEE para que mais alunos com dificuldades pudessem ser atempadamente apoiados.

## **Apostar na formação/capacitação dos professores**

As estruturas governamentais devem contratualizar e viabilizar a formação que considera essencial para a melhoria do sistema educativo pelo qual são politicamente responsáveis. Seria desejável uma atitude pró-activa face à formação sobretudo à formação especializada.

É importante que a formação/capacitação dos professores para poderem desenvolver modelos inclusivos seja melhorada tanto ao nível da formação inicial como da formação em exercício.

Aqui se recomenda que se possam estabelecer parcerias entre as organizações provedoras de formação e as escolas para que possa haver um acompanhamento e mesmo supervisão das práticas docentes em situação de inclusão.

## **Reforçar o apoio aos alunos com dificuldades dentro da sala de aula**

Parece necessário reforçar o apoio aos alunos com dificuldades dentro da sala de aula, possibilitando aos professores regulares um apoio situado nos contextos em que é mais necessário dispor de apoio e de respostas para problemas de comportamento e de aprendizagem.

Este apoio poderia incluir, entre outros, os aspectos da diferenciação curricular e modelos de organização da classe. É importante apoiar a inovação dos modelos de ensino-aprendizagem, bem como a cooperação entre os professores à volta do estudo e resolução de casos concretos.



## Incentivar o papel do Estado no apoio a projectos de inclusão

- O papel determinante que o Estado pode desempenhar foi identificado no apoio a projectos de inclusão nomeadamente ao nível do pré-escolar;
- É importante que as escolas públicas tenham condições de inclusão e apoio semelhantes às apoiadas pelas ONG (ex.: Cruz Vermelha, Igrejas, OMC, Gulbenkian);
- É necessário disponibilizar o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para assegurar Serviços Educativos Inclusivos;
- Para apoiar os professores, o Estado pode desenvolver programas de Formação Contínua de Professores em Educação Inclusiva - presencial e à distância;
- As instituições públicas do sector podem, igualmente, desenvolver programas de Implementação de Salas de Recurso Multifuncionais em cada ilha;
- É igualmente, importante, levar avante Programa de Acesso à Escola (adequação de prédios escolares para a acessibilidade);
- Além disso é preciso ter em marcha um Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que forma gestores e educadores sobre como desenvolver Sistemas Educativos Inclusivos;
- A nossa lista de proposta não ficaria completa se não destacássemos, também, a importância de garantir acessibilidade aos materiais escolares nacionais, Ex: livros, blocos de notas, artigos específicos, etc.

## Sensibilizar para a questão da inclusão

Seria importante encontrar forma de sensibilizar a gestão das escolas, entre os atores escolares, para a questão da inclusão. Esta sensibilização deveria incluir também os encarregados de educação, dado que o estudo aponta para a importância destas variáveis no sucesso da Inclusão.

Na verdade, além das próprias crianças, os pais e as famílias têm um papel vital no processo de inclusão na educação. Como parte fundamental da rede de apoio de uma criança, os pais e familiares estão numa posição importante, quer para promover a educação de seus filhos, quer para impedi-la (intencionalmente ou não). O estudo destacou que as actividades de sensibilização (por exemplo, reunião e intercâmbios com professores, APDs e também eventos comunitários) representaram um apoio importante para os pais e as famílias no sentido de reconhecerem as necessidades de seus filhos e, a partir daí, apoiar no desenvolvimento das suas capacidades.

## Maior acessibilidade nas escolas

A acessibilidade de escolas para crianças com deficiência, incluindo informações sobre a acessibilidade e formas acessíveis de comunicação são importantes desafios enfrentados por aqueles que implementam boas práticas. Diante disso, projectos de escola acessível, adaptação de espaços, e ambientes amigáveis para crianças devem ser promovidos.

## Divulgação das “boas práticas” e dinamização dos modelos e programas de formação

A divulgação das “boas práticas” encontradas e a dinamização dos modelos e programa de formação podem ser “pontos de partida” para a melhoria e avanço do sistema.

Uma recomendação que parece óbvia é procurar criar estruturas para que o casuístico, singular e excepcional, se torne prática habitual e regulamentada, cada vez mais integrante do conjunto de direitos à educação.





## VI. CONCLUSÕES

É importante que os diferentes actores tenham consciência que estão a trilhar um caminho que não é óbvio nem fácil. Educação Inclusiva não é uma solução educativa fácil nem barata: se proporcionarmos os apoios que cada criança necessita para desenvolver todo o seu potencial, necessitamos de recursos próximos das escolas, das famílias e dos professores.

Sabemos hoje que os bons sistemas educativos são os que tomam particular atenção à equidade. Um sistema sem equidade conduz-nos a um ensino e aprendizagem de má qualidade e de grande injustiça social.

O desenvolvimento de uma Educação Inclusiva em que os valores dominantes sejam os da equidade implica um processo longo e complexo em que vários factores se entrecruzam: os recursos, o desenvolvimento educativo, o apoio às escolas, a formação, a liderança e intervenção junto das famílias e comunidade.

O esforço feito na Educação Inclusiva é indubitavelmente um esforço que se repercute na qualidade total do sistema educativo cabo-verdiano, um sistema que só será verdadeiramente de qualidade quando “nenhuma criança for deixada para trás”.

É essa a mensagem deste trabalho, que permitirá – como se espera – melhor delinear as políticas que poderão conduzir a um aumento da qualidade do sistema educativo de Cabo Verde.



### **BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA EM CABO VERDE**

*Ilhas: Santiago (Praia e Tarrafal), São Vicente (Mindelo), Fogo (São Filipe e Cova Figueira) e Brava (Nova Sintra e Nossa Senhora do Monte)*

HANDICAP INTERNATIONAL  
CP 635 Tenente Valadim, 8  
Praia - CABO VERDE  
cdp-capvert@hi-sen.org

Federação Caboverdiana de Associações de Pessoas com Deficiência (FECAD): fecad-cv@hotmail.com e www.fecad.cv



Esta publicação foi realizada com o apoio da União Europeia.

O seu conteúdo é da única responsabilidade de Handicap International e não pode de forma alguma ser considerada como o reflexo do ponto de vista da União Europeia.

Edição: Novembro 2012